



Crianças em risco. O espaço latino-americano na imprensa portuguesa¹

Cristina Ponte²

Universidade Nova de Lisboa

Resumo

A partir da resistência à alteração de padrões jornalísticos na cobertura de notícias de violência envolvendo crianças e adolescentes em situação de risco social, encontrada nos estudos da ANDI, este trabalho defende a necessidade de integrar a cobertura da violência envolvendo os mais novos no contexto das diferentes mediações com que *certos riscos* são cobertos e *como são cobertos*, enquanto *outros riscos* são ignorados. A associação de crianças ao crescimento do *discurso do medo* é apreciada na cobertura do Brasil e da América Latina pelos dois principais jornais de referência portugueses, em 2005, bem como no enquadramento *arrastão brasileiro* que marcou uma ocorrência de praia, no país, em Junho desse ano.

Palavras-chave

Jornalismo; Notícia; Crianças; Violência; Risco; Discursos de risco;

Introdução

Desde a década de 1990 que crianças e adolescentes se tornaram mais frequentes nas notícias em Portugal e noutros países, sobretudo associadas a situações de que são vítimas (maus tratos, violência sexual, riscos alimentares e outros derivados de consumos, insegurança na rua ou pela Internet...), ou agentes (actos de delinquência, mas também gravidez precoce, consumo de drogas...). Por vezes com lugar nas primeiras páginas ou nas aberturas de noticiários televisivos, tendem a ser tratadas editorialmente longe da Política e da Economia.

Poderemos pensar que este crescimento de atenção às crianças e adolescentes nas notícias resulta de uma maior sensibilização dos jornalistas e de uma maior atenção pública para as questões da infância e adolescência, na sequência da Convenção dos Direitos da Criança. Campanhas de sensibilidade da Federação Internacional de Jornalistas, em articulação com a UNICEF, na viragem dos anos 90, estão expressas em

¹ Trabalho apresentado ao NP Jornalismo, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Projecto *Crianças e Adolescentes nas Notícias*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCI/COM/60020/2004).

² Professora no Departamento de Ciências da Comunicação. Autora de livros e artigos sobre jornalismo, entre eles *Notícias e Silêncios* (Porto Editora, 2005), *Crianças em Notícia* (Imprensa de Ciências Sociais, 2005); *Para entender as notícias. Linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis, Editora Insular (2005). Email: cristina.ponte@fesh.unl.pt



documentos, em particular *Putting Children in the Right*, um guião para jornalistas com sugestões de ângulos informativos e cuidados éticos no tratamento de matérias dos direitos das crianças³.

Na verdade, a partir da década de 1990 emergiram na arena pública grupos e movimentos sociais de defesa dos direitos das crianças, particularmente em sociedades a viver processos de mudança política e de grande mobilização contra a situação de exclusão social envolvendo crianças, como aconteceu no Brasil. Ao final de alguns anos de pressão e de um intenso activismo é possível identificar alterações na cobertura noticiosa de imprensa, ainda que ao aumento quantitativo não tenha correspondido uma notória transformação qualitativa nos enquadramentos de matérias que envolvem maior medo e inquietação social, como a delinquência e a violência sexual.

A intervenção da ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), de monitorização e avaliação dos principais jornais do país (num modelo apoiado pela UNICEF e que se generalizou a mais onze países da América Latina), a par da solidificação e profissionalismo de redes sociais capacitadoras de fontes de informação ligadas à defesa dos direitos das crianças se fazerem ouvir nas notícias, revelam resultados desiguais, conforme as matérias, quanto a um tratamento jornalístico que contextualize as ocorrências e que contenha “busca de soluções”. Assim, enquanto Educação e Direitos Humanos registam as percentagens mais elevadas de uma cobertura contextualizadora, o tema Violência apresenta uma enorme resistência a ser coberto jornalisticamente por um foco que não seja o do acto criminoso (Canela, 2005).⁴

Para entender por que motivos, com uma forte pressão por parte de grupos de pressão de defesa dos direitos das crianças, certas coberturas jornalísticas mudam aparentemente tão pouco, pensamos ser necessário ir além de análises de notícias, de jornalistas e da própria indústria dos media. Precisamos de mais *contexto* para entender porque não mudam os *textos*, contextos políticos e económicos, mas também sociais e culturais.

Entre conceitos teóricos para lermos esses contextos, destacamos os de risco e de insegurança, marcantes dos tempos de globalização e com forte presença nas notícias.

³ Esse documento e outros estão disponíveis no site MAGIC (Media Activities and Good Ideas by, with and for Children, da UNICEF http://www.unicef.org/magic/resources/resources_for_journalists.html

⁴ Os resultados comparativos da ANDI sobre 13 temas de situações de risco (Deficiência, Desenvolvimento Humano e Social, Direitos Humanos, Drogas, Educação, Educação Infantil, Saúde na Criança, Saúde no Adolescente, Tabaco e Álcool, Trabalho Infantil e Violência) mostram que a cobertura de matérias de Violência (num total de 1140 peças durante um ano) regista as percentagens mais baixas entre todos estes temas na inclusão da perspectiva da *política pública* (apenas em 4,8% dessas peças), *menção a causas* (5,8%), *menção a soluções* (4,8%), inclusão de *respostas do governo* (2,3%), referência a *estatísticas* (10%) e a *legislação* (4,4%).

O lugar do *Outro* nas teorias do Risco

O conceito de risco e o seu papel nas dinâmicas das sociedades contemporâneas tem vindo a ser trabalhado por cientistas sociais sobretudo desde os anos 1980, sendo os sociólogos Anthony Giddens e Ulrich Beck dos nomes mais conhecidos. Para Giddens (1991), nas sociedades modernas o risco e a confiança entrelaçam-se, servindo a confiança, normalmente, para reduzir ou minimizar os perigos a que determinados tipos de actividade estão sujeitos. O risco é conscientemente calculado e a sensação de “segurança” baseia-se no encontro de um ponto de equilíbrio entre a confiança e o risco aceitáveis. Já para Beck, o risco será “o modo sistemático de lidar com acidentes e com a insegurança induzida e introduzida pela própria modernidade”, num processo “politicamente reflexivo” (Beck, 1992: 21). O risco não é limitado ao seu espaço de origem (“a sociedade de risco é mundial”), atinge todos sem distinção de classe (“é democrático”), é invisível, imprevisível e incalculável (“consequências desconhecidas e indesejadas tornam-se uma força dominante na história e na sociedade”).

Outra concepção de risco, culturalista, é a da antropóloga Mary Douglas. Considera que a atribuição de risco será uma acção orientada sobretudo para a procura de culpados, quando indivíduos, grupos ou instituições de risco são assinalados como perigosos. Um *Outro*, de risco, pode constituir uma ameaça à integridade do corpo singular ou colectivo: as noções de risco estão inevitavelmente inscritas em considerações culturais e os riscos são deste modo convenções e expectativas partilhadas mais do que considerações individuais (Lupton, 1999b: 3). Esta perspectiva sobre o risco contraria assim o apagamento das diferenças sociais, corolário da consideração de Beck de que “o risco é democrático” e que decorre deste sociólogo incidir mais sobre riscos ambientais do que sociais.

Para a apreciação das modalidades como os *discursos de risco* operam como estratégias de normalização, de exclusão e de inclusão, serão centrais as noções sobre a *definição do Outro*. Na perspectiva de Douglas, o risco percebido no *Outro* social impulsiona a marcação de fronteiras e o uso de dicotomias na marcação de posição do corpo, singular ou colectivo (masculino/feminino; adulto/criança; *nós/eles...*).

Este binarismo cultural é perturbado por categorias que o questionam. Douglas refere o híbrido⁵ e o liminal⁶ como categorias culturais marcadas pela ambivalência,

⁵ O tipo híbrido resulta da combinação de dois tipos, pela qual características de cada um dos tipos de origem formam um novo tipo, diferente dos que estiveram na sua origem.



pela impossibilidade de marcações de fronteiras, pelo seu desafio a categorias pré-definidas – por isso profundamente marcadas pelo risco. No caso dos mais nova, a adolescência condensa essas duas categorias, entre a infância e a idade adulta. Por outro lado, também a conceptualização moderna da *criança* como *inocente, ignorante e dependente*, contraria os seus *Outros*, como a criança afirmativa que maneja com destreza a tecnologia, ou o menino ou menina de rua, conhecedor do mundo à sua volta e de formas de resiliência e sobrevivência.

Os media noticiosos na sociedade mundial de risco

Giddens (1991: 23) destaca o papel capital da imprensa na afirmação da modernidade e desloca essa importância para os meios audiovisuais na modernidade avançada - “as imagens visuais que a televisão, os filmes e o vídeo apresentam criam texturas de experiência mediada que não se podem alcançar com a palavra impressa”. Tanto uns como outros, materiais impressos e audiovisuais “são tanto uma expressão das tendências descontextualizadoras e globalizadoras da sociedade quanto instrumentos dessas mesmas tendências”, afirma também.

O autor sublinha dois traços da experiência mediatizada pelas notícias: a *colagem* e a *intromissão de acontecimentos distantes na consciência quotidiana*.

Pela colagem, a página do jornal ou o alinhamento do telejornal apresentam-se como “justaposição de formas e de itens que nada têm em comum a não ser o facto de serem ‘oportunos’ e consequentes” (Giddens, 1991: 23). “Uma colagem não é, por definição, uma narrativa; mas a coexistência de itens diferentes nos media não representa uma mistura caótica de signos. Pelo contrário, as ‘histórias’ separadas que são apresentadas ao lado umas das outras exprimem ordenamentos de consecutividade típicos de um ambiente de espaço-tempo transformado, *no qual se evaporou em grande parte a força do ‘lugar’*. Não resultam numa única narrativa mas dependem de, e de certa forma exprimem, *unicidade de pensamento e de consciência*”, escreve (idem: 24, destaques meus).

Giddens faz notar também que, se muitos dos acontecimentos relatados nas notícias podem ser experimentados pelos indivíduos como sendo remotos e externos, muitos outros entram de forma rotineira e discreta na actividade quotidiana, apesar da distância geográfica ou mesmo temporal a que ocorreram. Nestes casos, “a

⁶ O estado liminal representa um estado transitivo, intermédio, entre duas entidades, identidades ou locais diferentes, não podendo ser categorizado no interior de cada uma.



familiaridade gerada pelos media pode ter efeitos de ‘inversão da realidade’: o objecto e o acontecimento reais, quando confrontados, parecem ter uma existência menos concreta do que a sua representação nos media (...). Em condições de modernidade, em suma, os media não espelham as realidades mas de certa forma *formam-nas*” (Giddens, 1991: 24, destaque meu).

Temos assim sublinhada por Giddens a expressão da notícia como tipo particular de textos, mas a exprimir mais do que os parâmetros canónicos da sua narrativa (*quem/fez* ou *disse/o quê/quando/onde*, eventualmente *porquê* e *como*). Esses textos exprimem também macro-narrativas, reconhecíveis nos seus *tipos* independentes do tempo e do lugar: a *história da crise*, a *história da corrupção*, a *história da punição*, a *história da falha*, a *história do risco*, a *história da burocracia*... Destaca traços da intervenção mediadora dos media, mais do que estes serem apenas disseminadores de conteúdos, “o lugar privilegiado para disputas mais amplas de significado”, entre quem deseja que os riscos continuem fora da atenção pública e quem os deseja publicitar, como os considera Beck (1992: 46).

Contrariando a visão sobretudo genérica sobre os media, destes autores, uma pesquisa crescente olha as variações na mediatização de *riscos* (no plural). Em vez de considerarem o papel dos media como ‘espelho’ das definições de risco expressas pelos especialistas, considera-se que os media podem filtrar bastante bem essas definições e introduzir outros critérios e dimensões. Por isso, as questões relevantes não serão se os media “exageram” ou “desvalorizam” o risco, mas “*que* riscos atraem a atenção dos media, *como*, *quando*, *porquê* e *em que condições*” (Kitzinger, 1999: 61-2).

Entre as linhas conclusivas sobre *a natureza* do risco, os *tipos de risco reportados*, os *valores-notícia* implicados, o *habitus* profissional incorporado nos jornalistas, as suas relações com fontes de informação e considerações sobre as audiências, destacamos as seguintes, que consideramos particularmente pertinentes para discutir quando o risco se apresenta como o *Outro* social, um corpo estranho às considerações dominantes de identidade por parte de um determinado grupo (no nosso caso, *adultos*, leitores destes jornais de referência, essencialmente de classe média e superior, residentes em Portugal):

- Os media tendem a focar-se em riscos que matem ou afectem muitas pessoas ao mesmo tempo, mais do que em riscos com um efeito cumulativo; Os riscos fora do comum são mais atraentes para os media do que os riscos correntes; Um acontecimento



geograficamente próximo apresenta uma possibilidade de tratamento mais manejável do que outro ocorrido fora do “centro noticioso”;

- Os jornalistas procuram o “rosto humano” da ciência e do risco; Testemunhos pessoais sobre um certo risco podem fazer com que este entre nos media apesar da sua negação pelas autoridades. A ausência de “vítimas” reais pode reduzir a noticiabilidade da história, pois vítimas *futuras* não chegam para garantir a atenção dos media;

- Reportagens e notícias tendem a ser mais orientadas por eventos do que por problemáticas; Riscos que se desenvolvem lenta e continuamente têm menos hipótese de entrar no ciclo noticioso porque os jornalistas se preocupam com “as notícias do dia”;

- A actividade das fontes e as relações entre fontes e jornalistas são centrais no processo de produção noticiosa; os media privilegiam as “fontes oficiais”; a validade da informação proveniente de “fonte oficial” é menos questionada que a de “fontes alternativas”; o anúncio de políticas públicas e os comunicados de imprensa governamentais são fontes centrais das notícias; com frequência o ‘burocraticamente visível’ substitui-se ao conhecimento directo; A cobertura de riscos em situação de crise pode levar, contudo, à ultrapassagem do privilégio às fontes oficiais; Crises e histórias de risco podem gerar tensões causadoras de rupturas na prática jornalística de rotina;

- As formas de reportar o risco serão influenciadas pelos mapas mentais dos jornalistas e se estes enquadram a história como risco ou como acidente; Esses mapas mentais decorrem também de crenças culturais, não são inteiramente racionais.

- Uma atenção particular pode ser dada a um dado risco se houver uma identificação do repórter ou do editor com a ameaça. Dessa forma, a cobertura de riscos pode ser marcada pelas prioridades definidas pelos jornalistas e influenciadas por hierarquias de classe, de género, de etnia, e outras;

- Uma vez suscitada a atenção dos media por um determinado risco há dinâmicas internas que influenciam a continuidade da atenção: as notícias alimentam-se umas das outras; os jornalistas, ajudados pelas suas fontes, facilitam a criação de variações dentro do padrão; as secções editoriais e os formatos influenciam o espaço e a “capacidade de atenção” dispensado a um certo risco; o cansaço pode fazer com que uma história seja *old news*, apesar do risco continuar;

- As considerações dos jornalistas sobre o entendimento da relevância de uma crise serão influenciadas pelo grau de proximidade cultural, política ou geográfica da



ameaça a si mesmos e às suas audiências (no desenho do *nós* comunitário, contra o *Outro*);

Crianças como sujeitos de risco, na sociedade e nas notícias

Tem havido relativamente pouca incidência sobre crianças na teorização do risco e da ansiedade que provoca, apesar da reconhecida preocupação presente nos discursos e nas práticas associadas aos mais novos. As referências a crianças em Beck e Giddens surgem associadas aos riscos das mudanças na esfera familiar, com o desaparecimento de famílias alargadas e de comunidades estáveis a par da individualização que tornam os pais figuras singulares, responsáveis exclusivos pelos filhos, em considerações também sobretudo genéricas e que extrapolam o modelo dominante de família nos países do Norte. Queremos com isto sublinhar que a situação *das crianças* e *das infâncias*, no plural, não deixa de ser marcada por outras categorias, como classe social, etnia, género, nacionalidade.

Como escreve Alan Prout (2005: 20), “a pluralidade de infâncias decorre da diversificação crescente das condições sociais, culturais e económicas em que vivem as crianças, e dos desenvolvimentos sociais e tecnológicos nas comunicações que permitem uma proliferação de imagens dessa diversidade, com efeitos paradoxais, que simultaneamente homogenizam e diversificam a construção local da infância”. E destaca: “Um dos efeitos da globalização é que infâncias como as de crianças de classes médias europeias e norte-americanas têm sido produzidas e distribuídas pelo mundo, e hoje infâncias de crianças privilegiadas de Nova Iorque e de Nova Deli [ou Brasília ou de qualquer outra cidade] podem ter mais em comum do que com a maioria das crianças de cada uma dessas cidades, com o acentuar de desníveis entre países, regiões, lares e sujeitos.”

Numa “geografia dos medos parentais” que caracteriza uma “classe média” também ela em risco, a casa e outros espaços sob vigilância, pagos e exclusivos, são vistos como redutos seguros contra o perigo da rua. Para Gill Valentine (2004), estas considerações sobre risco por parte dos pais reflectem como o enfraquecimento de laços de classe e o declínio na confiança nas autoridades vão a par da explosão de informação disponível, com as pessoas hoje a disporem de uma bateria crescente de escolhas e alternativas. Como escreve, a própria proliferação e difusão do conhecimento significa que a sociedade moderna parece muito mais intrinsecamente em risco do que a anterior, e as acções e considerações pessoais de risco são implacavelmente vigiadas e



escrutinadas pelos outros. Referindo como é frequente os pais expressarem, nas suas considerações sobre risco, não quererem ser acusados se algo acontecer aos seus filhos, Valentine (2004: 19-20) aponta como tal reflecte quer o valor das crianças na sociedade contemporânea quer a medida em que os pais se sentem singularmente responsáveis pela sua gestão do risco.

Na pesquisa sobre o tratamento jornalístico de crianças tem sido sobretudo destacado o binómio entre duas grandes categorias, a *criança inocente* (a *nossa* criança, que queremos cuidar ou proteger, ou a criança vítima de violência ou de calamidade) e a *criança demoníaca* (a *outra*, fora da ordem social dominante). Na apreciação dos critérios jornalísticos dos media na cobertura de crimes nas últimas décadas, Yvonne Jewkes (2004: 40-59) inclui mesmo as categorias *Crianças* e *Risco* numa listagem de valores notícia associados às actuais notícias de crime⁷. No contexto britânico, escreve Jewkes (2004: 47) relativamente ao Risco:

A ideia de que todos somos vítimas potenciais é um fenómeno relativamente novo. Depois da II Guerra Mundial, as notícias encorajavam a compaixão pelos agressores, com detalhes que contribuíssem para a compreensão das circunstâncias. (...) Nos tempos de hoje, de maior obsessão pelo risco e pela sua resposta, as histórias de crimes são sobretudo centradas na vítima. A consciência da vulnerabilidade sobrepõe-se à vitimização concreta e desse modo o medo do crime pode ser pensado mais exactamente como medo pela segurança pessoal.

Relativamente às Crianças como critério noticioso em peças sobre crimes, a autora atribui a esta categoria o peso fulcral com que a dimensão Violência foi identificada no estudo clássico de Stuart Hall et al, em 1978: “três décadas depois, pode dizer-se que qualquer crime encaixa na visibilidade noticiosa se envolver crianças. Nas palavras do criminologista Philip Jenkins (1992, destaques seus), *qualquer* ofensa, sobretudo as que se desviam do consenso *moral*, capta muito mais o interesse dos media se envolver crianças, sejam ela vítima ou agressor (Jewkes, 2004: 56).

Para além das duas categorias associadas ao risco, medo e insegurança que constroem as *nossas crianças em perigo* (na perspectiva da comunidade de leitores visada pelo jornalista, e da sua posição social) e as *outras* como *perigosas*, encontramos também uma presença recorrente de *outras histórias* ligadas ao medo e ao fascínio pelos limites, histórias perenes, onde se esconjura o acaso e as causas naturais, situações de

⁷ Outros valores-notícia apresentados são o nível de predicabilidade, simplificação, componente sexual, individualismo, envolvimento de pessoa de estatuto elevado ou celebridade, proximidade, violência, espectacularidade de imagem e ainda conservadorismo ideológico e diversão política

perigo decorrentes de cosmologias religiosas e pré-modernas, que merecem ser pensadas por que têm um lugar no espaço (escasso e disputado) das notícias.

Vejam algumas características da associação das crianças ao *discurso do medo*, identificadas por David Altheide (1997, 2002), a partir da análise de conteúdo e discursiva de notícias na imprensa norte-americana.

Aos contextos de produção dos media, como a tecnologia da informação disponível e utilizada, ou os valores comerciais e de entretenimento que se vieram a destacar nos media noticiosos a partir dos anos 1980, o autor associa outros contextos, decorrentes de práticas editoriais corporalizadas e reprodutivas: importância de a história estar esteticamente *bem contada*, recurso dominante a fontes oficiais, decisões estabilizadas de escolha de *formatos*, *enquadramentos* e *temas*.

Por *formatos*, o autor aponta os esquemas repetitivos com que os meios impressos e electrónicos operam para facilitar a execução do seu trabalho e fazer chegar a informação ao público segundo o modo como este está habituado a recebê-la. Sublinha como o comercialismo, a orientação para o mercado e as crescentes possibilidades tecnológicas afirmadas nas últimas décadas têm vindo a criar novos formatos híbridos de entretenimento e notícia. Os *enquadramentos* e os *temas* focam o que será discutido, como o será e, sobretudo, como não o será. Ligam-se estreitamente aos formatos usados pelos jornalistas, que têm pouco tempo para contar uma história que a audiência possa reconhecer facilmente e que precisam de recorrer a fontes seguras para a contar. Em matérias de crime, a *história da punição* ou a *história do risco* são temas ou ângulos dominantes, que recorrem a fontes policiais, consideradas pela burocracia jornalística como as mais fidedignas e de acesso fácil.

Na apreciação do crescimento do *discurso do medo* na imprensa norte-americana através das notícias com crianças e jovens e os espaços sociais e actividades a eles associados, o autor reconhece a presença do “medo altruísta”, a preocupação para com aqueles que nos são queridos ou por quem somos responsáveis, mas sublinha uma mudança qualitativa, na sua natureza, passando de um *medo focalizado* para um *medo generalizado*.

O *discurso do medo* decorre deste ultrapassar de um referente específico, passando a uma orientação mais genérica, ou a constituir um enquadramento, o que tem pontos simbólicos e perceptivos vantajosos. Enquanto o medo de um evento específico significa que a magnitude do medo expresso refere instâncias específicas ou uma "classe de eventos" e se limita essencialmente a esses casos, no *discurso do medo*, o



medo e as suas conotações deixam de ser usados como substantivos para passarem a caracterizar situações ou acções. Com o tempo, a repetição e as *nuances*, as conotações tornam-se denotações, os extremos fundem-se com o centro e temos uma diferente perspectiva do mundo (Altheide, 2002: 233-234)⁸. A combinação de narrativas com certas fontes noticiosas forjou uma máquina de geração do medo que comercializou uma definição pública partilhada do medo, do perigo, do pavor. O medo foi-se deslocando das secções noticiosas sobre eventos específicos para outras secções do jornal, mesmo para as páginas de leitura mais ligeira. Pelos meados dos anos 90, o medo tornou-se o descritor mais comum, “passou de associações específicas ao crime para definidor do ambiente, e tornou-se parte do discurso de apreciação da experiência de vida” (idem: 244). Os artigos apontavam “o mundo das crianças” não apenas como “inseguro, mas também eminentemente ameaçador e horrível. Muitas vezes com alusões a crimes, gangs, drogas e violência, os artigos apresentavam as crianças como vítimas a precisar de maior apoio e incluíam os seus pais, a quem muitas vezes faltava o conhecimento e os recursos para lidarem com esse medo invasor”, escreve Altheide (2002: 246). Mais: “desastres naturais, problemas de vizinhança e mudanças tecnológicas eram estreitamente associadas ao discurso do medo”.

Crianças do Brasil e América Latina na imprensa portuguesa

Nesta análise, contrastamos notícias sobre crianças brasileiras e de outros países da América Latina (até 14 anos) publicadas no ano de 2005, pelos dois principais jornais de referência portugueses, o *Público* (P) e o *Diário de Notícias* (DN), com uma ocorrência envolvendo jovens negros enquadrada como *arrastão*.

No total de 1665 peças sobre menores de 14 anos, apenas 20 (Quadro I) referiam notícias provenientes do Brasil e América Latina, três delas com ligação a Portugal (8, 16, 17). A escassez de noticiário sobre este continente vai a par de África e PALOP (31 peças, e de países europeus fora da União Europeia (21). A Ásia tem mais peças (89), devido ao foco em crianças como vítimas do Tsunami (57), e ao conflito do Médio Oriente. Já países da União Europeia aparecem em 150 peças, liderados pelo Reino Unido (37), na continuidade do padrão identificado anteriormente (Ponte, 2005). A

⁸ Altheide ilustra o discurso do medo com o impacto do tratamento noticioso sobre os tiros na escola de Columbine, 1999. Escola e medo reuniram-se em notícias repetitivas que sublinhavam as sequências narrativas, com as vítimas (12 estudantes mortos) e os agentes (os estudantes mais velhos) acompanhados por imagens de revistas e electrónicas mostrando estudantes atingidos por estudantes. A junção era tão completa que o termo Columbine deixou de implicar apenas escola mas também medo, controlo social e, sobretudo, perda.



proximidade geográfica e política é complementada com a proximidade afectiva, se o tema forem crianças vítimas de guerra e de catástrofes, de geografias distantes.

Vejamos cronologicamente os títulos dos dois jornais, respeitando a sua grafia:

Quadro I – Peças sobre crianças do Brasil e América Latina, em 2005

Nº	Dia	Jornal	Título
1	21.01	P	BEBÊ COM 7,5 QUILOS NASCE EM SALVADOR
2	21.01	DN	Bebé "gigante" nasceu no Brasil
3	22.01	P	SCILINGO CONTA EM TRIBUNAL O RAPTO DE BÉBÉS NA ARGENTINA
4	25.01	DN	MAU TEMPO - Fortes chuvas matam no Brasil
5	28.01	P	Brasil traça mapa do crime sexual infantil
6	08.02	DN	Samba com faixas negras contra prostituição de menores
7	06.02	DN	Médicos peruanos vão operar "Pequena Sereia" para tentar salvar bebé com uma malformação congénita rara
8	25.02	DN	Separados siameses lusodescendentes
9	12.03	DN	Avó mantinha criança de três anos presa numa jaula
10	06.06	DN	PERÚ - 'Bebé Sereia' já se alimenta
11	25.07	P	Professor brasileiro suspeito de ter abusado de 25 menores
12	10.08	DN	Programação - Público infantil preocupa Brasil
13	20.08	DN	Escola brasileira - Adolescente assassinado
14	12.10	DN	Furacão 'Stan' - Mais de 1/3 das vítimas são crianças
15	24.10	P	SECA NA AMAZÓNIA MATA SEIS CRIANÇAS
16	14.11	DN	Menino sozinho espera papéis (DN, 14/11)
17	15.11	DN	Criança brasileira - Mikael já pode viajar para Portugal
18	26.11	P	Pequeno-almoço escolar no Brasil com direito a café
19	27.11	P	Padre brasileiro condenado por pedofilia
20	27.12	DN	Brasil - Criança sobrevive seis dias em poço

De que crianças se fala e se não fala nestas notícias? Vejamos algumas linhas:

Mais de metade incidem sobre a criança singular (1, 2, 7, 8, 10, 13, 15, 16, 17, 20) ou sobre crianças vítimas de acções cometidas por *sujeitos singulares* (11, 19). São notícias sobre *histórias* insólitas (malformações raras, a avó madrasta) ou de repetição, passíveis de ocorrerem em qualquer parte do mundo (pedofilia envolvendo professores e padres).

Mais de um quarto referem situações de perigo e risco, envolvendo bebés. O medo das malformações, partilhado durante a gravidez, aparece associado à *história da ciência* que vence a aberração da natureza (7, 8, 10). O insólito do peso à nascença (1, 2) privilegia o fenómeno e não a situação de risco da mãe, diabética, na única matéria comum aos dois jornais. Uma ocorrência do passado político argentino, agora em julgamento (3), associa também bebés a *raptos*, uma ocorrência relativamente rara nos

países do Norte, mas que é a mais evocada por pais na consideração das ruas como locais perigosos (Valentine, 2004: 8).

Catástrofes naturais cíclicas marcam as notícias deste continente. O valor simbólico das crianças na hierarquia das “vítimas inocentes” (Moeller, 2002) predomina sobre o seu número (14, 15).

A marca de final feliz aparece nas duas únicas histórias com continuidade (7/10; 16/17), a segunda das quais a sublinhar a intervenção do jornal na denúncia e resolução de uma *história da burocracia* sobre imigração brasileira para o país.

A criança em risco pela violência sexual está presente em 4 das 20 peças (5, 6, 11, 19), todas sobre o Brasil, incidindo na intervenção organizada da sociedade num momento de atenção internacional, o Carnaval (5, 6), e em casos singulares, protagonizados por homens com profissões com acesso a crianças (11, 19). Outros ambientes de risco decorrem da exposição a conteúdos televisivos (12), aqui enquadrada como problemática nacional, ou da referência à escola como lugar perigoso (11, 13).

Apenas quatro títulos (5, 6, 12, 18) apresentam questões sociais fora do figurino do *rosto humano* e da *personalização* na criança. Essa personalização é transferida para o país (Brasil) ou seu símbolo (o samba), num enquadramento de que essa matéria é de consenso nacional e mobiliza os seus cidadãos. Criando o efeito de insólito, a leve ironia no título 18, sobre a política pública escolar, um título construído sobre *os outros*, para leitores portugueses de classe média, *cujas crianças não ingerem café*.

Vejamos agora sumariamente um dos picos da presença de marcas brasileiras no noticiário português, na cobertura de incidente na praia de Carcavelos, perto de Lisboa: no feriado do Dia de Portugal (10 de Junho). Uma praia popular, muito frequentada por pessoas de poucos recursos económicos, onde é habitual se encontrarem adolescentes e jovens negros, um primeiro roubo cometido por um grupo destes jovens a um “imigrante de leste” seguido de outros no que é descrito como “efeito simpatia”, chamada da polícia “por telemóvel” e perseguição desta a jovens negros, confusão. Balanço policial: quatro pessoas detidas, três civis e dois polícias feridos. Duas queixas à polícia por roubo nos acessos à praia, de três telemóveis e de algum dinheiro, sem quantificação do total de queixas.

Este foi o tema de abertura dos telejornais desse dia, de imediato enquadrado pelo termo *arrastão*, e as imagens confusas de amadores (fotografias, pequenas sequências de correrias) correram mundo. Foi primeira página nos dias seguintes e permaneceu em agenda por semanas. Terá sido a primeira importação do termo

brasileiro para cunhar incidentes de praia, espalhada como um rastilho. A ocorrência na praia de Carcavelos passou rapidamente da notícia de crime ao comentário, nas páginas de Opinião, merecendo mesmo dois editoriais, e que também teve lugar nas páginas de Política (Quadro II). Reacendeu a agenda pública sobre delinquência juvenil e gangs de “jovens negros”, dos subúrbios da capital, e também a discussão sobre a cobertura noticiosa realizada. Mais de um mês depois, um relatório do Comando Geral da Polícia de Segurança Pública (PSP), a 20 de Julho, viria a negar a existência do “arrastão”, dizendo que o que tinha ocorrido tinham sido “incivilidades”.

Quadro II: Peças sobre o *arrastão* de 11 a 30 de Junho de 2005

Jor	D	Lugar	Título
P	11	1ª Pag	Bandos de jovens criam o pânico na praia de Carcavelos
P	11	Local	Arrastão pôs em pânico praia de Carcavelos
DN	11	1ª Pag	'Arrastão' à brasileira chega a Carcavelos
DN	11	Soc.	'Arrastão' na praia de Carcavelos
P	12	1ª Pag	Reforço policial e câmaras de vigilância para praias de Cascais
P	12	Editor.	CARCAVELOS: NÃO VER, NÃO SABER
DN	12	Manch.	Violência dos 'gangs' quintuplicou nos últimos sete anos em Portugal
DN	12	Tema	VIOLENCIA JUVENIL: Mais videovigilância e polícias nas praias
P	13	1ª Pag	O "arrastão" do 10 de Junho
DN	13	Opinião	Tentar ver mais longe
P	14	Opinião	A ESPIRAL DA VIOLENCIA URBANA
P	14	Opinião	Arrastão
P	18	1ª Pag	PSP sem provas de que o "arrastão" de Carcavelos foi organizado
P	18	Soc.	POLÍCIA SUSPEITA DE CRIME ORGANIZADO, MAS NÃO TEM PROVAS
P	18	Editor.	AINDA O ARRASTÃO
P	18	Opinião	Eram p'ái uns 500!' De Timiosara a Carcavelos
P	18	Opinião	Cuo amentiae progressis estis?
DN	19	Soc.	Arrastão reforça o policiamento
DN	22	Opinião	Delinquência em grupo
P	24	Política	Bloco de Esquerda diz que "arrastão" foi "fuga de jovens de carga policial"
P	27	Soc.	A violência balnear é uma cópia do Brasil ou resultado da globalização?

Legenda: Editor. (Editorial); Soc. (Sociedade, Informação Geral)

Nos primeiros dias, as palavras dos títulos repetem-se (*bandos de jovens, criar pânico, arrastão, “arrastão” à brasileira chega a..*), com e sem aspas a indiciar a polémica do enquadramento. Os textos de primeira página dos dois jornais são também semelhantes na tradução de uma situação totalmente fora do controlo, que opõe *jovens a banhistas* (embora todos vestissem o mesmo traje e “os jovens fossem *“frequentadores habituais daquela praia”*, como refere fonte policial no interior de uma notícia).

Nunca se tinha visto uma coisa assim. Ontem, meio milhar de jovens entre os 12 e os 20 anos avançaram pelo areal de Carcavelos e, até chegar a polícia, roubaram o que quiseram aos banhistas que ali gozavam o feriado. A PSP, chamada pelos telemóveis das vítimas, fez várias detenções e chegou a cortar a marginal. (Público, 11 de Junho)

A praia de Carcavelos viveu momentos de terror, ontem à tarde, quando grupos de jovens espalharam o pânico agredindo e assaltando os banhistas. A polícia estima em 500 o número de indivíduos que participaram no “arrastão”, uma prática habitual nas praias do Rio de Janeiro, mas até agora inédita em Portugal. (DN, 11 de Junho)

Se títulos e textos de primeira página não referem a cor da pele dos jovens, isso é inequívoco em imagem de interpretação incerta (pilhagem ou fuga à perseguição policial?) fixada desde a véspera nos ecrãs televisivos, que mostram algumas dezenas de jovens sobretudo negros correndo no areal, com banhistas brancos mais em atitude de observação, ou noutra, com polícias a deter um jovem negro.

Em situações percebidas como de risco, a “histeria dos números” (Fowler, 1991) desempenha um lugar de destaque. Na dia 11 de Junho, o DN refere uma fonte policial para quantificar: *“Teriam sido 500? Mil? Dois mil? A fonte do DN, com vasta experiência profissional, não se coibiu de apontar para os dois mil”*. O uso da expressão *“por arrastão”* é atribuído a uma proprietária de um bar de praia, que se queixa da crescente insegurança e a compara: *“Estamos a assistir ao aparecimento de um novo tipo de criminalidade, mais perigoso que o do Brasil”*.

As palavras de uma banhista para descrever a cena revelam como outras leituras eram possíveis para o que se passou nessa tarde:

“Havia um número anormal de indivíduos de raça negra no meio da praia, mas pensei que se tratava de um convívio qualquer e não dei grande importância. Só mais tarde, quando comecei a perceber uma grande agitação, com polícias a correr e ouvi disparos – suponho que fossem de shotgun, as armas que os agentes empunhavam -, é que percebi que estava a haver problemas” (Público, 11 de Junho).

Sem que neguemos a existência de roubos e incidentes neste dia na praia, sinais de marginalidade e de contextos de exclusão social que têm vindo a crescer na periferia da capital, o enquadramento dominante como a chegada do *arrastão brasileiro* e a histeria contraditória dos números que lhe foram associados impuseram sem dúvida o *discurso do medo*: *“Tão cedo não volto lá”*, palavras de um banhista, em título de caixa. É preciso chegar ao fim de uma reportagem para encontrar outras perspectivas dessa tarde:

Na última semana, o PÚBLICO andou por alguns dos bairros de onde terão vindo alguns dos jovens com participação nos desacatos. Na maior parte dos casos, os jovens contactados não quiseram fazer qualquer comentário, preferindo acusar a polícia e os jornalistas de racismo. No entanto, alguns - que juram nunca ter participado em qualquer desordem - confirmaram que estiveram em Carcavelos, muitos deles a convite de amigos, mas não conseguem identificar qualquer eventual líder. (Público, 18 de Julho)

Conclusões

Retomando considerações sobre os espaços de risco e como “acontecimentos distantes se intrometem na consciência quotidiana”, este contraste entre as notícias sobre crianças e jovens no Brasil América Latina e sobre a transferência deste espaço para a praia de Carcavelos, evidencia o poder dos media em “formar realidades”, exprimindo “tendências descontextualizadoras e globalizadoras”, como sustenta Giddens, e em carregar simbolicamente o *Outro* da norma, como aponta Douglas. Ilustram também as conclusões sobre cobertura de riscos de que demos conta.

Se pensarmos *no que não falam estas notícias*, ou que é apenas sugerido de passagem, encontramos a pobreza, a globalização, a desigualdade de género, a falta de perspectivas de futuro. O *discurso do medo* passa pelas grandes e pequenas notícias, de excepção e repetitivas. Passa espaço de partilha (a praia popular) e pelo lugar distante mas próximo, onde “a força do lugar se evaporou e figuras de referência (o professor, o padre) violam a confiança. De outros medos (o *medo da procriação do monstro* ou da catástrofe natural) se faz também o noticiário sobre os mais novos. É esta ancoragem dos media noticiosos com estruturas culturais profundas que importa compreender e explorar para perceber (também) porque crescem as notícias sobre as crianças, particularmente ancoradas em preocupações, inseguranças, receios, perda de confiança, *medos*.

Concluimos com Altheide (2002: 247), “o medo é o elemento chave na criação de uma ‘sociedade de risco’, organizada em torno da comunicação orientada para o policiamento, o controlo e a prevenção de riscos e as crianças são uma importante parte desses esforços de policiamento”. Hoje, “a informação tecnológica interage com o contexto político de modos importantes para influenciar a forma e o propósito da informação. Direcção o medo numa sociedade é equivalente a controlar essa sociedade”. Por isso o enquadramento do medo, a sua arquitectura, o seu alvo e os seus ícones continuam a ser significativos. Entre esses elementos, as crianças desempenham um papel importante na iconografia do medo, papel que decorre de “uma ecologia da



comunicação que proporciona respostas evocativas a questões referenciais. Os grandes media e a cultura popular garantem esses símbolos, especialmente os que sublinham o *outro* e as fontes do *medo*, prossegue Altheide (idem, destaques do autor), que remata: “O que acontece a outros discursos, incluindo os da confiança, da comunidade e do companheirismo, em face do discurso do medo não é nosso tópico, mas certamente é merecedor de investigação.” (idem: 248).

Bibliografia

Altheide, D. L. (2002). Children and the Discourse of Fear. *Symbolic Interaction*, 25(2), 229-250.

Beck, U. (1992). *Risk Society*. London: Sage

Canela, G. (2005). *Cobrindo políticas públicas sociais: a importância da agenda da infância e da adolescência*. Comunicação à COMPÓS, Niterói.

Fowler, R. (1991). *Language in the News*. (3ª ed.). London: Routledge, 1994.

Giddens, A. (1991). *As Transformações da Intimidade*. Oeiras: Celta

Jewkes, Y. (2004). *Media & Crime*. London: Sage

Kitzinger, J. (1999). Researching Risk and the Media. *Health, Risk and Society*, 1(1), 55-69.

Lupton, D. (1999). *Risk*. London: Routledge

Moeller, S. (2002). A Hierarchy of Innocence. The Media's Use of Children in the Telling of International News. *Press/Politics*, 7(1), 36-56.

Ponte, C. (2005). *Crianças em notícia. A construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Prout, A. (2005). *The Future of Childhood. Towards the interdisciplinary study of children*. London: Routledge.

Valentine, G. (2004). *Public Space and the Culture of Childhood*. Ashgate

Zelizer, B. (1993). Journalists as Interpretative Communities. In D. Berkowitz (Ed.), *Social Meaning of News* (pp. 401-417): Sage, 1997.